

Um estudo sobre a percepção das produtoras da Associação de Mulheres de Lagoa do Mato (AMEL) acerca dos aspectos positivos e negativos da sua comercialização com o PAA.

Lucas Duarte da Silva¹

Paulo Éverton Mota Simões²

RESUMO

A Associação de Mulheres Empreendedoras de Lagoa do Mato – AMEL, reúne mulheres empreendedoras com potencial para a fabricação de produtos derivados da macaxeira. As mesmas escoam os seus produtos exclusivamente através do PAA. Este estudo buscou verificar os aspectos positivos e negativos sobre a sua comercialização no PAA. Utilizou-se a pesquisa exploratória; com o método qualitativo, por meio de um estudo de caso; com levantamento de dados através de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas. Conclui-se que embora as produtoras sentem satisfação de proverem sua renda através do PAA esta é insuficiente para a sobrevivência, mas a percepção delas em sua maioria é que só trouxe benefícios, poucas apontaram dificuldades

Palavras-chave: PAA. Comercialização institucional. AMEL

ABSTRACT

The Association of Entrepreneurial Women of Lagoa do Mato - AMEL, brings together entrepreneurial women with potential for the manufacture of products derived from macaxeira. They sell their products exclusively through the PAA. This study seeks to verify the positive and negative aspects of its commercialization in the PAA. The exploratory research was used with the qualitative method, through a case study, with data collection through documentary research, bibliographic research and interviews. It is concluded that although the producers feel satisfaction to provide their income through the PAA, this is insufficient for survival, but their perception is mostly that it only brought benefits, few pointed out difficulties.

Keywords: PAA. Institutional marketing. AMEL

¹ Graduando em Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus Arapiraca. E-mail: lucasduarte3744@gmail.com.

² Mestre em Administração pelo Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA) da Universidade Federal da Bahia. Professor Assistente da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus Arapiraca. E-mail: pauloeverton@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Localizada na comunidade de Lagoa do Mato – AL a Associação de Mulheres Empreendedoras de Lagoa do Mato – AMEL, é uma instituição de direito privado, criada em 2012. A comunidade se destaca pelo associativismo com mulheres na produção de bolos de macaxeira, cuja comercialização se dá pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, do Governo Federal.

Ressalta-se a relevância da temática considerando a influência das políticas públicas para a geração de emprego e renda e no caso do PAA, vai além, visa combater a insegurança alimentar na medida em que incentiva a produção do agricultor familiar adquirindo seus produtos de forma direta ou por intermédio das cooperativas. Essa insegurança alimentar foi medida em estudo realizado entre os anos de 2004 a 2013, principalmente na zona rural, de forma que se tornou uma das ações do programa Fome Zero (ANDRADE JÚNIOR, 2009); (MDA, 2013); (THIES, 2015).

O PAA faz junção dos problemas de escoamento de produção de cultivos agrícolas, considerando a dificuldade de obter o capital no exercício dessa atividade; tendo no outro polo pessoas que carecem de alimentos para possuírem melhor qualidade de vida (THIES, 2015). Compreende-se que a inserção dos agricultores e grupos produtivos na comercialização institucional facilita o desempenho da atividade, pois se já existe um potencial produtivo a parte mais complexa é a questão do escoamento da produção.

O objetivo do trabalho foi compreender a visão das associadas da AMEL sobre os pontos positivos e negativos da comercialização com o PAA. Tendo como problema de pesquisa o seguinte: “qual a percepção das produtoras da Associação de Mulheres Empreendedoras de Lagoa do Mato (AMEL) acerca dos aspectos positivos e negativos da sua comercialização com o PAA?

2 AGRICULTURA FAMILIAR (AF)

A construção do contexto de agricultura familiar se apresenta mediante fatos do século XV. A origem da agricultura familiar provém da vinda dos portugueses ao Brasil no ano de 1.500, momento no qual a ideia de agricultura se expressava por estabelecer fazendas nas quais produziam-se culturas próprias para a exportação como tabaco, açúcar e café. A agricultura familiar desse período se diferenciava da atual, pois havia a figura do senhor

proprietário, que concedia certa liberdade para que as pessoas ali agregadas utilizassem a terra em pequena quantidade destinando a produção à subsistência familiar, enquanto o excedente gerado canalizava-se a venda ou troca nas adjacências (ALVES *et al.*, 2010).

Na caracterização de agricultura familiar há dois pensamentos: o primeiro considera a agricultura familiar como algo inovado pelas formas de concepções capitalistas; já o segundo a considera como algo em desenvolvimento e com fundamentos históricos. No primeiro caso a AF aparece como uma atividade que apresenta significativos avanços tecnológicos, com técnicas de produção, com incentivo do governo através de políticas, respondendo positivamente as políticas de crédito, distinta de uma atividade essencialmente camponesa, é a própria atuação familiar no mercado da atividade de agricultura (ALTAFIN, 2005).

A agricultura familiar, também denominada produção camponesa, concentra seus fundamentos na utilização da terra; no desenvolvimento das atividades quase que completamente pelos componentes da família; na relação com o mercado por meio do excedente de produção e na liberdade sobre as estratégias na condução de sua atividade. Nesse aspecto haveria a geração de resultado financeiro, entretanto seu principal objetivo, seria o bem-estar familiar (ALTAFIN, 2005).

Na AF não há qualquer distinção entre a família e o negócio, visto que, como ressaltado anteriormente, o foco é na família e em passar o interesse pelo cultivo da terra para os descendentes, disseminando as experiências; não havendo rigor em segmentar as entidades e promover um planejamento de produção, de escoamento, por exemplo (JUNQUEIRA; LIMA, 2010); (ALTAFIN, 2005).

O papel determinante da família enquanto estrutura primordial de organização da reprodução social e também a existência de uma unidade de produção na qual a propriedade e a força de trabalho pertencem à família, caracterizam uma propriedade de agricultura familiar, informando que o grau de desenvolvimento tecnológico limita o tamanho da área que é possível explorar com base no trabalho familiar (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

Pode-se observar três categorias sobre agricultura familiar (SAVOLDI; CUNHA, 2010): 1) família agrícola de caráter empresarial é aquela cuja produção está voltada para o mercado, que busca uma produção rentável e a produtividade crescente; a 2) família camponesa, cuja lógica da atividade agrícola está focada em manter a propriedade familiar e a exploração agrícola, pois a família e a atividade produtiva são inseparáveis; e por fim a 3) família agrícola urbana, é aquela que não se orienta pelos padrões produtivistas como a

primeira, mas também é diferente da segunda. Nessa categoria, a produção agrícola visa a melhoria da qualidade de vida, mas considera o mercado e ainda a capacidade de rendimento.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

As raízes da agricultura familiar no Brasil, para Altafin (2005) houve grande influência de alguns grupos, tais como: índios, escravos africanos, os mestiços, brancos não herdeiros e os imigrantes europeus, esses grupos deram origem AF no Brasil. Os índios protagonizaram o fornecimento de alimentos aos portugueses, em que havia uma relação de troca de mercadoria que os mesmos não conseguiam produzir ou transformar.

Quanto aos escravos africanos relatos tratam de haver plantios sob os seus cuidados em dias livres, assim o escravo nos dias em não estivesse ligado a produção do senhor estaria no plantio, evitando com essa ação as fugas, existem relatos de que alguns escravos conseguiram reunir um determinado valor para alcançar a sua liberdade e dos seus. Essa troca se dava pela disponibilização de terra em pequena escala, venda de alimentos e em alguns casos até criação de gado (ALTAFIN, 2005).

No Brasil predominam os pequenos produtores, ou minifundiários. A AF surgiu nos arredores das grandes propriedades, já que se utilizavam de terras mais fracas e mais distantes dos grandes cultivos para a agricultura de subsistência. A partir de 1900, com o aparecimento da crise dos cafeicultores que era considerada a principal atividade a época, a alternativa encontrada pelos grandes proprietários foi repartir as terras, enfatizando a produção mediante a terra, fortalecendo o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Para (SAVOLDI; CUNHA, 2010) a agricultura familiar no Brasil se caracteriza por uma mistura heterogênea que abrange produtores em situação de vulnerabilidade social e apresentam dificuldade no cultivo sustentável da pequena propriedade. Em contrapartida, existem produtores detentores de informação, técnica, terra e insumos. Os autores recomendam que para fins de políticas é importante diferenciá-los e lidar como são, com suas peculiaridades, sem generalizar a ideia de que se utilizam quase que integralmente de mão de obra familiar.

Quanto aos avanços no desempenho de atividades rurais (BIANCHINI, 2005) demonstra que é relevante destacar que próximo a metade da década de noventa, ocorreu um importante estudo acerca do desenvolvimento rural, idealizado pelo trabalho em conjunto do

Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Educação – FAO e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Constatou-se que no Brasil existiam 4.859.864 instalações rurais.

No dito estudo os agricultores foram classificados em categorias de acordo com a sua representatividade no desenvolvimento rural. A classificação se deu da seguinte forma, na visão de BIANCHINI (2005, p. 01): “[...] tipo A - agricultores familiares capitalizados³; tipo B – agricultores familiares em processo de capitalização; tipo C – agricultores familiares em níveis de reprodução mínima; tipo D – agricultores familiares abaixo da linha de pobreza. Objetivando determinar o indicador salário - renda dos mesmos”.

A agricultura familiar é marcada por características que a diferencia dos grandes produtores agrícolas que possuem recursos financeiros e grande aparato técnico em suas lavouras. No caso dos pequenos agricultores há constantemente muitas adversidades para a manutenção de suas atividades, podendo citar entre elas as de cunho financeiro, técnico e de mercado para seus produtos em algumas situações, de tal forma que fica evidente a necessidade de políticas públicas de apoio à agricultura (BIANCHINI, 2005).

O incentivo à produção familiar foi em decorrência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que valoriza as formas familiares de produção para o abastecimento dos mercados. Diante dessa importância o autor destaca que acadêmicos e órgãos governamentais produziram documentos objetivando compreender a definição e a questão socioeconômica, para tanto criaram alguns documentos. A princípio o autor elenca o Convênio FAO/ INCRA, de 1994, introduzindo na agricultura familiar a gestão, a sistematização, o trabalho assalariado, a previsibilidade da produção (ANDRADE JÚNIOR, 2009).

Pode-se inferir na concepção de (ANDRADE JÚNIOR, 2009) que as contribuições acadêmicas dos anos 90 apontam três abordagens sobre a AF no Brasil: 1) emerge com a vontade de compreender a reforma agrária, sob ótica abrangente da localização histórica e atual da produção familiar; 2) atenta para a questão da renda na economia rural e da agricultura familiar e sobre a importância de diversificar as atividades agrícolas e não-agrícolas; e 3) enfatiza a quebra no modelo de integração agroindustrial com a produção familiar, provocando formas mais independentes de realocar agrícola e agroindustrial.

Na primeira abordagem ocorria que a gestão da produção ou os investimentos eram realizados por pessoas ligadas por laços sanguíneos ou de matrimônio; o trabalho era essencialmente realizado pelos componentes da família; os meios de produção pertenciam à

³ O termo capitalizado refere-se a acumulação de capital, dinheiro; ao acesso a recursos de qualidade (terra, tecnologia).

família. A segunda corrente considera aspectos econômicos, inferindo que a AF no Brasil se apresenta com heterogenia, que sofre influências do meio ambiente; quanto aos produtores são classificados em capitalizados, em transição e descapitalizados; esses termos referem-se ao acesso a recursos financeiros que possibilitam condições confortáveis para o desenvolvimento da atividade e acumulação de capital (ANDRADE JÚNIOR, 2009).

Dessa forma os agricultores capitalizados possuem recursos financeiros que os permitem terem acesso à tecnologia, mão-de-obra suplementar, insumos de qualidade, dentre outros. Os que se encontram em transição estão passando do processo de não possuírem recursos suficientes para desenvolver a atividade para o processo de capitalização. Na terceira abordagem o autor trata da complexidade dos sistemas produtivos de AF no Brasil que combinam várias atividades e o desenvolvimento depende da manipulação eficiente dos recursos escassos. Ao tratar da agroindústria destaca o crescente desenvolvimento da região Sul, caracterizada pela geração de emprego e renda com forte presença da AF (ANDRADE JÚNIOR, 2009).

Ratificando o destaque do desenvolvimento rural desde a década de 90, pelas transformações ocorridas na economia e pelo advento da globalização dos mercados, processos por conta dos quais encurtavam-se as distâncias no que concerne as relações comerciais (SAVOLDI; CUNHA, 2010). Daí então foram desencadeados uma série de avanços o PLANAF – Plano Nacional de Agricultura Familiar, em 1995, com uma única linha de crédito; posteriormente devido a movimentos de reivindicação surgiu a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, que desencadeou no PRONAF – Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, em 1996. (LIMA; JUNQUEIRA, 2008).

Savoldi e Cunha (2010) relatam que o PRONAF foi uma conquista social que os agricultores vinham lutando, de forma que aparece como a primeira política pública destinada a esse segmento. Além de que a pesquisa realizada pela FAO e INCRA que favoreceu na melhor compreensão do conceito de AF, criando diretrizes para elaboração do PRONAF. Esse período da década de 90 foi incisivo para os avanços posteriores nas políticas públicas que dizem respeito à AF no Brasil.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

As políticas públicas relacionam-se ao arcabouço de afirmações e práticas taticamente escolhidas, referentes a destinação de importâncias relacionadas a regras e ao dinheiro, tendo como objetivo implementar ações que proporcionem o desenvolvimento econômico de uma determinada região (JUNQUEIRA; LIMA, 2008). Dentre outras definições, têm-se Política Pública como área do conhecimento que objetiva, concomitantemente, verificar ou colocar o governo em atividade (variável independente) e se preciso mencionar alterações no trajeto dessas políticas (variável dependente) (SOUZA, 2006).

No que concerne a caracterização das PP no campo conceitual pode ser considerada um campo holístico, em que atuam várias unidades ordenadas, se apresentando como uma área multidisciplinar, com teorias e modelos; há outra vertente nesse campo que trata de várias óticas, ao invés de várias disciplinas. Após sistematizadas as PP se materializam em planos, programas e projetos (SOUZA, 2006).

Nesse sentido, para (SOUZA, 2006) as PP interferem na economia e nas sociedades, por essa razão as PP possuem objetivo de dialogar acerca das inter-relações entre o próprio Estado, política, economia e sociedade.

A Lei 11.326/06, versa sobre as PP ligadas a AF e estabelecimentos rurais e para tanto caracteriza o agricultor familiar, destaca-se que o mesmo deve se enquadrar concomitantemente nas condições segundo o quadro 1:

Quadro 01 – Caracterização de Agricultor Familiar.

I	Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
II	Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu ou empreendimento;
III	Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
IV	Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Fonte: elaborado a partir de Brasil (2006).

De acordo ao quadro 2, tem-se no Brasil as seguintes políticas públicas para agricultura familiar:

Quadro 02 – Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

TÍTULO	LEI	DESCRIÇÃO
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Lei 12.188/10	Proporciona assistência técnica a produtores rurais, esse acompanhamento ocorre do início do plantio, até a sua finalização com a disponibilização para a venda da mercadoria.
Garantia Safra	Lei 10.700/03	Comporta-se como um seguro, considerando a interferência de diversos fatores como os de natureza climática,

		portanto se o agricultor possuir o documento de aptidão para o Pronaf e possuir prejuízo de pelo menos 50% com sol ou chuva faz jus a essa política.
Programa de Aquisição de Alimentos (PPA)	Lei 10.696/03	Objetiva adquirir alimentação direto do produtor, destinando-a a instituições, os preços não devem exceder o valor do mercado, com exceção dos produtos orgânicos que admite-se ultrapassar até 30%.
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Lei 11.947/09	O PNAE visa fornecer alimentação adquirida da agricultura familiar para escolas, proporcionando inclusão dos agricultores familiares e alimentação de qualidade para as crianças.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Lei 4595/64	O Pronaf foi idealizado com o objetivo de formar um modelo diferenciado de progresso rural no Brasil, focalizando-se na erradicação das desigualdades relacionadas as políticas públicas e buscando desenvolver a base técnica agrícola.

Fonte: elaborado a partir de Andrade Júnior (2009); Grisa *et al* (2015); MDS (2013).

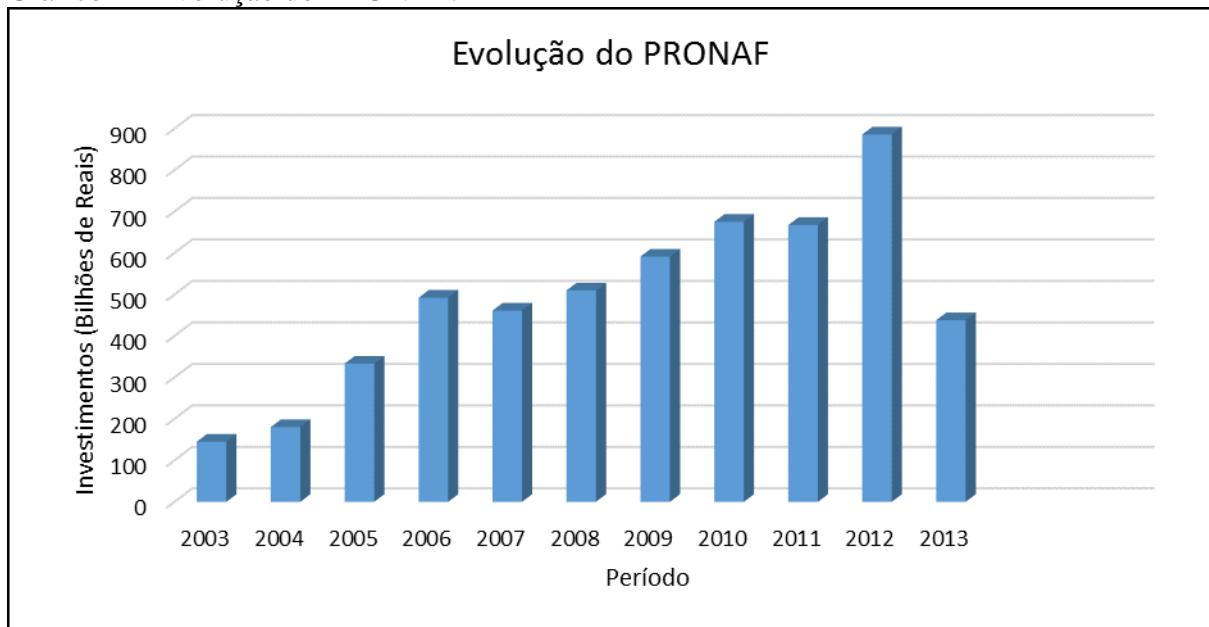
A implantação do PRONAF foi resultado de um processo de reivindicações e que sofreu transformações desde a sua idealização (JUNQUEIRA; LIMA, 2008), (SAVOLDI; CUNHA, 2010). Essa política tem como fundamento o financiamento para a produção agrícola, que compreende auxílio financeiro aos agricultores familiares para o plantio de determinadas culturas (JUNQUEIRA; LIMA, 2008). Esse auxílio diz respeito a financiamento é formado pelo crédito de custeio da safra agrícola e pelo crédito de investimento produtivo (MATTEI, 2005). Nesse aspecto atua em duas vertentes, concedendo crédito ou investimento. Junqueira e Lima (2008) e Mattei (2005) fazem alusão de que tal política pública se subdivide em dois períodos: o que tem por base o início em 1996 até 1999, quando era indistinto as pessoas que tinham acesso ao programa e o segundo que implementou diferenciação entre os participantes.

A discrepância entre a distribuição dos recursos para financiamento entre as regiões é atribuída a fatores como as pressões agroindustriais; a cultura sulista de luta por políticas que favoreçam o campo; organização restrita dos beneficiários do Nordeste, reduzindo a força de reivindicação. No segundo período, ao contrário do primeiro passa a haver distinção entre recursos destinados ao custeio e a investimento, além do aumento expressivo da quantidade de contratos firmados em todo o Brasil (MATTEI, 2005).

O manual de políticas públicas para a agricultura familiar (2013), destaca que essa política refere-se a crédito pecuniário que é destinando a população da zona rural, com juros baixos, existindo 12 (doze) modalidades de Pronaf, quais sejam: Pronaf Custoio, Pronaf investimento, Microcrédito rural, Pronaf agroecologia, Pronaf mulher, Pronaf eco, Pronaf agroindústria, Pronaf semiárido, Pronaf jovem, Pronaf floresta; Pronaf Custoio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; Pronaf Cota-partes.

Quanto à evolução dos investimentos no Pronaf, conforme demonstra o gráfico 1, com os investimentos injetados de 2002 a 2015:

Gráfico 1 - Evolução do PRONAF.



Fonte: elaborado a partir de Fornazier (2014).

3.1 COMERCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A comercialização institucional se refere a um mecanismo que possibilita a inserção de estabelecimentos não formais no mercado, mediante políticas públicas que admitam a aquisição de produtos desses estabelecimentos para programas do governo, a exemplo do PAA e do PNAE (FERREIRA; SIMÕES, 2017). Na concepção de Silva; Silva (2011) as políticas que criam mercados institucionais, proporcionam aberturas positivas para os agricultores familiares, dentre elas a comercialização e a diversificação produtiva.

A comercialização institucional se materializa pela criação de vínculo entre a AF e o público beneficiário, esse vínculo na modalidade Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – CAEAF é conhecida como doação simultânea, visto que um grupo formalizado de agricultores (por meio de associações e cooperativas) firma o fornecimento de produtos (ANDRADE JÚNIOR, 2009).

O Art. 5º do decreto 7.775/12 versa que as compras de alimentos no caso do PAA poderão ser feitas com dispensa de licitação, ou seja, sem se utilizar dos procedimentos expressos na Lei 8.666/93, observando algumas regras: preços harmonizados com os praticados no mercado; os beneficiários e organizações fornecedoras atestem sua aptidão; seja observado os valores anual e semestral de compra de alimentos; os produtos comprados sejam de produção própria e cumprem as regras de controle de qualidade (BRASIL, 2012).

Na concepção de Silva; Silva (2011), relatam que mesmo com a grande capacidade de adaptação da AF para assumir boa parte da demanda por produtos e serviços, seus agentes sofrem muitas dificuldades para colocar seus produtos em áreas agroindustriais mais complexas.

3.1.1 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O PAA é um programa idealizado pelo governo federal, que tem por objetivo expresso no Art. 19 da lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003: “Incentivar a Agricultura Familiar [...]; promover o acesso à alimentação [...]; promover o abastecimento alimentar [...]; construir estoques públicos [...]; apoiar a formação de estoques por cooperativas [...]; fortalecer os circuitos locais e regionais [...].” (BRASIL, 2003).

Esse objetivo se materializam na aquisição de alimentos de agricultores familiares, essa aquisição pode ser realizada diretamente com o próprio agricultor ou indiretamente através de cooperativas (BRASIL, 2011). Essa política se justifica na insegurança alimentar estimada em estudo realizado entre os anos de 2004 a 2013, principalmente na zona rural, de forma que se tornou uma das ações do programa Fome Zero (ANDRADE JÚNIOR, 2009); (MDA, 2013); (THIES, 2015).

Nessa perspectiva de incentivo à AF o Executivo federal, assim como seus entes federados poderão comprar alimentos dispensando-se licitação, desde que observadas as regras: que os produtos tenham preços aceitáveis pelo mercado, de acordo com a metodologia colocada pelo Grupo gestor do PAA; que o valor de compras no período seja de acordo aos limites e às normas de controle de qualidade (BRASIL, 2011).

Conforme foi dito, valores não podem avançar o preço vigente no mercado local, admite-se para produtos orgânicos e agroindustriais acréscimo de 30% devido as suas especificidades. Essa aquisição é destinada a instituições que detenham pessoas com acesso precário à alimentação de qualidade, entretanto além de assegurar a erradicação da insegurança alimentar, promove outros benefícios, possibilita inclusão social e no campo econômico, o estímulo à expansão da agricultura familiar (BRASIL, 2011).

Nesse aspecto o PAA na visão de THIES (2015) faz junção dos problemas de escoamento de produção de cultivos agrícolas, considerando a dificuldade de obter o capital no exercício dessa atividade; tendo no outro polo pessoas que carecem de alimentos para possuírem melhor qualidade de vida. Essa aquisição é feita pelo governo federal, que para (THIES 2015, p.71):

O programa é coordenado por um Conselho Gestor, do qual fazem parte: representantes do MDS (responsável pela coordenação do conselho), MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e também do Ministério da Fazenda.

O PAA se apresenta com uma estrutura sistematizada, na qual acontece a união de vários ministérios, a atribuição de taxar o valor da compra, da quantidade possível para cada agricultor e de outras ações. Descriminando de forma mais expansiva o público alvo desse programa tem-se: a) fornecedores: pequeno produtor agrícola, índios, profissionais da pesca, população que ocupa solos de reforma agrária; b) consumidores: pessoas que detém acesso precário a alimentação de qualidade e são menos favorecidos economicamente, o autor acrescenta que ocorre o escoamento para restaurantes populares, Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS (ANDRADE JÚNIOR, 2009).

Quanto as modalidades do PAA o Decreto 7775 (2012) apresenta as seis, que são: 1) Compra com doação simultânea; 2) Compra direta; 3) Incentivo à produção e ao consumo de leite; 4) Apoio à formação de estoques; 5) Compra institucional; 6) Aquisição de sementes. O quadro 3 apresenta a descrição de cada uma.

Quadro 03 - Modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos.

TÍTULO	EMENTA
Compra com Doação Simultânea	Compra de alimentos diversos e doação simultânea à entidade da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo GGPAA- Grupo Gestor do PAA, a rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de segurança alimentar e nutricional.
Compra Direta	Compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar os preços.
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	Compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores.
Apoio à formação de estoques	Apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de poder ao público.
Compra Institucional	Compra da Agricultura Familiar realizada por meio da

	chamada pública, para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos, por parte do órgão comprador.
Aquisição de sementes	Compra de sementes, mudas e materiais propagativos

Fonte: Elaborado a partir de (BRASIL, 2012)

A ação do programa do Governo Federal que é operacionalizada junto aos governos estaduais e municipais, para a agricultura familiar permite um importante suporte aos produtores que encontram, uma garantia de comercialização de seus produtos e possibilita a esses uma minimização das adversidades que são inerentes da atividade rural (ANDRADE JÚNIOR, 2009); (MULLER, 2007).

O Art. 19 do Decreto 7775/2012 traz os limites aceitos nas aquisições por unidade familiar e por organização fornecedora, sendo que a participação da unidade familiar na organização fornecedora fica limitada aos valores fixados para unidade familiar. O quadro 04 expressa esses limites dentro das respectivas modalidades de PAA.

Quadro 04 – Limites de Participação no PAA.

Por unidade familiar	
Valor/ período	Modalidade
R\$ 6.500,00/ Ano	Compra com Doação Simultânea
R\$ 8.000,00/ Ano	Compra Direta
R\$ 4.000,00/ Semestre	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite
R\$ 8.000,00/ Ano	Apoio à formação de estoques
R\$ 20.000,00/ Ano	Compra Institucional
R\$ 16.000,00/ Ano	Aquisição de sementes
Por organização Fornecedor	
R\$ 2.000.000,00/ Ano	Compra com Doação Simultânea
R\$ 1.500.000,00/ Ano	Apoio à formação de estoques
R\$ 500.000,00/ Ano	Compra Direta
R\$ 6.000.000,00/ Ano	Compra Institucional
R\$ 6.000.000,00/ Ano	Aquisição de sementes

Fonte: elaborado a partir de (BRASIL, 2012)

O GRÁFICO 2, apresenta os investimentos no PAA no Brasil no período de 2003 a 2013:

Gráfico 2 - Investimentos no PAA.



Fonte: elaborado a partir de Fornazier (2014).

Com relação às dificuldades encontradas por agricultores, Silva; Silva (2011) trazem em seu trabalho realizado na cooperativa Coofeliz, localizada no município de Espera Feliz – Minas Gerais, que os agricultores relatam sobre a excessiva forma burocrática de execução do PAA; alegam também dificuldades quanto aos preços, tendo ainda que repassar percentual de 20% à cooperativa.

Já nos estudos realizados por Araújo; Batista et. al (2016), sobre o PAA – Ubá (MG) os agricultores entrevistados mencionaram que dentre as dificuldades, encontram-se: o atraso no recebimento das primeiras vendas, em razão da burocracia; limite de cota fixado para cada agricultor.

Quanto à comercialização e aos arranjos institucionais, na experiência realizada junto aos usuários do PAA nos municípios de Santo Ângelo e São Pedro de Butiá – RS, no estudo ressaltou-se a importância, pois possibilita aos agricultores familiares sentimento de empoderamento, promovendo o desenvolvimento rural (DEVES; RAMBO, 2013).

4 METODOLOGIA

O trabalho objetivou estudar a Associação de Mulheres Empreendedoras de Lagoa do Mato (AMEL) no aspecto da participação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O problema de pesquisa que guiou esse estudo foi “qual a percepção das produtoras da

Associação de Mulheres Empreendedoras de Lagoa do Mato (AMEL) acerca dos aspectos positivos e negativos da sua comercialização com o PAA?

No que diz respeito aos objetivos mais gerais enquadra-se no tipo “pesquisas exploratórias” e “[...] têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. [...] pois nesse momento é pouco provável que o investigador tenha uma definição clara do que irá investigar.”. O fato é que tinha-se publicações acerca do PAA, mas o contato com o objeto de estudo trouxe conhecimento aprofundado sobre a realidade do reflexo desse programa na vida daquelas mulheres.

Com relação aos “métodos”, “Para que se possa avaliar a qualidade dos resultados de uma pesquisa, torna-se importante saber como os dados foram obtidos, bem como os procedimentos adotados” (GIL, 2010, p. 28). Quanto a “natureza dos dados” classifica-se como pesquisa qualitativa, pois “Não implicam testagem; apenas, confirmação ou não, via mecanismos não estatísticos” (GIL, 2010, p. 29). Visto que no estudo não foi utilizado nenhum procedimento estatístico e pela forma teórica que a temática é abordada.

Quanto ao método foi utilizado o tipo “estudo de caso”, que “[...] é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento” (VERGARA, 2007, P. 49). O estudo de caso foi realizado na AMEL.

Quanto às técnicas utilizadas para coleta de dados, utilizou-se: “pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas.” A pesquisa documental “É realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas” (VERGARA, 2007, p. 49). Nesse sentido, examinou-se documentos em posse da diretoria da AMEL, tais como: estatuto, projetos de execução, documentação das sócias.

A pesquisa bibliográfica “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, revistas eletrônicas, isto é, material acessível ao público geral” (VERGARA, 2007, p. 49). Foi utilizado o material publicado na literatura para versar sobre os temas: agricultura familiar, políticas públicas para a agricultura familiar, comercialização institucional e PAA.

Já a entrevista “[...] é um procedimento no qual você faz perguntas alguém que, oralmente, lhe responde. A presença física de ambos é necessária no momento da entrevista [...] pode ser informal, focalizada ou por pautas” (VERGARA, 2007, p.55). Essa técnica foi utilizada por duas vezes na pesquisa, inicialmente direcionada à presidência da AMEL e

posteriormente ao diretor financeiro da Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca – COOPERAL⁴, objetivando conhecer melhor as relações do programa PAA e da participação da cooperativa na AMEL.

As entrevistas foram caracterizadas pelo tipo estruturada, “É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, P. 197). As primeiras entrevistas forma realizadas no mês de março de 2018 com a presidente da AMEL e com o diretor financeiro da COOPERAL; entretanto, no mês de abril do mesmo ano, foram realizadas entrevistas com as associadas, utilizando-se de um formulário, indagando-as sobre a experiência com o projeto; das 23 associadas, participaram da pesquisa 12.

5 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE LAGOA DO MATO, ZONA RURAL DE ARAPIRACA – AL.

Localizada a oeste da capital de Alagoas, na zona rural do município de Arapiraca, possui 46 famílias; tem como fonte de renda o plantio de culturas agrícolas como a macaxeira, feijão, batata, milho e mandioca. Quanto ao seu clima, caracteriza-se como do tipo tropical semiárido “[...] o índice de chuvas é inferior a 800 milímetros e a temperatura média é de 27º C. Na época das chuvas, contudo pode haver inundações, porque o regime pluviométrico é irregular e mal distribuído” (TODA MATÉRIA, 2015).

Dada a influência do clima, os moradores buscam desenvolver plantios que conciliem o período chuvoso, já que grande maioria dos produtores não se utilizam da técnica de irrigação; dessa forma o desempenho da produção anual está diretamente relacionado com o volume de chuvas naquele inverno. Dentro do desenvolvimento econômico da comunidade de Lagoa do Mato a AMEL emerge com um importante papel.

5.1 ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS DE LAGOA DO MATO – AMEL

⁴ A COOPERAL – Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca LTDA, realiza a intermediação entre a CONAB e a AMEL, organizando o projeto e se responsabilizando pela parte burocrática de colher a documentação e levá-la para a sede da CONAB, em Maceió. As associadas se vinculam a COOPERAL por meio da AMEL, pois para integrar-se à cooperativa paga-se uma espécie de caução no valor de um salário mínimo, contribui-se com as mensalidades e paga-se um percentual sobre o valor do projeto aprovado.

Antes de ser fundada a AMEL as mulheres participavam da produção de bolos e doces na associação de Taboquinha (comunidade vizinha), no entanto devido a conflitos organizacionais e de comunicação, as mulheres foram induzidas a fundarem sua própria associação, com o auxílio de um técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, no que diz respeito a sua legalização. Enquanto estava nesse processo de abertura o técnico viabilizou uma oficina em 2011, na casa de uma das sócias, da qual participaram 37 mulheres, sobre como doces. Com fundação em 2012, a AMEL não possuía sede, foi então que duas sócias investiram no espaço e em máquinas e equipamentos, cujo investimento retornou com o rateio entre as sócias.

A AMEL foi fundada em 2012 com 37 mulheres, situada no sítio Lagoa do Mato, zona rural do município de Arapiraca – AL, é uma instituição de direito privado e por se tratar de associação não possui finalidade lucrativa. Tem como objetivo: produzir de forma organizada, buscando viabilizar infraestrutura adequada à comercialização de bolos de macaxeira e derivados de outros produtos da AF; alcançar objetivos comuns; proporcionar melhor qualidade de vida para as produtoras, assim como para a comunidade de Lagoa do Mato.

A AMEL tem por área de atuação os municípios de Arapiraca, São Sebastião e Feira Grande; focalizando sua atuação nas comunidades de Brejinho II e Maracujá (ambas em Arapiraca), Taboquinha (Feira Grande) e Lagoa Seca (São Sebastião). Na perspectiva de promover o desenvolvimento, tem como objetivos específicos: estimular e viabilizar a organização da produção de alimentos da AF para o beneficiamento; realizar o processamento dos produtos de acordo com os padrões das boas práticas de fabricação.

Faz parte ainda desses objetivos: realizar a comercialização de acordo às normas vigentes; buscar novos mercados; observar o melhor custo x benefício na aquisição de matéria – prima, através da compra conjunta; angariar recursos financeiros; buscar parcerias públicas e privadas para o desenvolvimento da AMEL e da comunidade; apresentar transparência em suas ações; gerar ocupação e renda para as associadas e buscar o desenvolvimento mediante cursos e ações educativas.

Os projetos foram planejados em 2013 e a execução foi em 2014, esse ano foi marcado pela maior distribuição de recursos naquela associação; em 2017 a AMEL contava com mais de 60 sócias, entretanto devido ao baixo investimento por parte do governo, a associação não pode participar de imediato do projeto, somado com a insatisfação de algumas associadas que não puderam participar por estarem com DAP desatualizada, o número foi reduzido.

Atualmente a AMEL possui 23 associadas, participando efetivamente das ações.

Figura 01 – AMEL na atualidade.



Fonte: Imagem cedida pela presidente.

A Figura 01, representa a sede da AMEL, encontra-se regularizada de acordo com a legislação em vigor, possui sede para a realização das reuniões e fabricação dos produtos, leva o nome “Dona Valdeci”, que atua na fabricação dos produtos e foi grande incentivadora, teve a iniciativa de injetar recursos financeiros e equipar a AMEL com instrumentos adequados à fabricação, tais como: mesas, fornos, liquidificadores, utensílios, dentre outros. De forma que as instalações da sede continuam sendo de dona Valdeci, entretanto o investimento das máquinas e equipamentos foi rateado entre as sócias.

6 ANÁLISE DOS DADOS DA EXPERIÊNCIA COM PAA PELA AMEL

A partir dos dados coletados com a presidente e associadas da AMEL, assim como com o diretor financeiro da COOPERAL, a principal atividade que as mulheres de Lagoa do Mato exercem é a de beneficiar a macaxeira e produzir bolos e broas. No tópico que trata de políticas públicas foi mencionado a influência dessas sobre o desenvolvimento social e econômico da região, possibilitando avanços e mais qualidade de vida (Junqueira; Lima, 2008).

No formulário de entrevista indagou-se sobre a forma que a terra era utilizada se sofreu alteração depois da adoção do PAA, elas relataram que antes ocupavam a terra com o plantio de várias culturas, tais como: fumo, milho, mandioca, macaxeira e feijão. Após a participação no PAA plantam feijão, milho apenas para a subsistência da família; já que a principal atividade passou a ser o plantio da macaxeira. Relataram também que como essa cultura leva ao menos 12 meses para poder ser utilizada, as produtoras planejam, para plantar em épocas diferentes; para que quando um plantio estiver acabando o outro possa ser utilizado, até porque segundo as mesmas se ficar muito tempo na terra o produto já não apresenta a mesma qualidade.

Em seguida foi perguntado sobre a ocorrência de alguns órgão ou entidade antes do surgimento do PAA na comunidade, conforme foi demonstrado no Gráfico 03, não havia a participação de nenhum órgão ou entidade, até a comunidade participar do programa, todas as entrevistadas forma unânime na resposta.

Gráfico 3 – Instituições que atuavam na comunidade antes do PAA.



Fonte: elaboração própria (2018)

Seguindo a entrevista perguntou-se como se deu o surgimento do PAA na comunidade, devido Lagoa do Mato se localizar próximo a comunidade de Taboquinha e lá possuir uma associação, as mulheres de Lagoa do Mato trabalhavam na associação de Taboquinha, fabricando doces caseiros. Entretanto com o passar do tempo, foram sendo gerados alguns conflitos e o técnico agrícola que assistia aquela associação, incentivou a criação de uma entidade semelhante em Lagoa do Mato. No ano de 2011 foi realizada a primeira oficina de fabricação de doces, que contou com a presença de 37 mulheres e no ano seguinte, 2012 surgiu a AMEL.

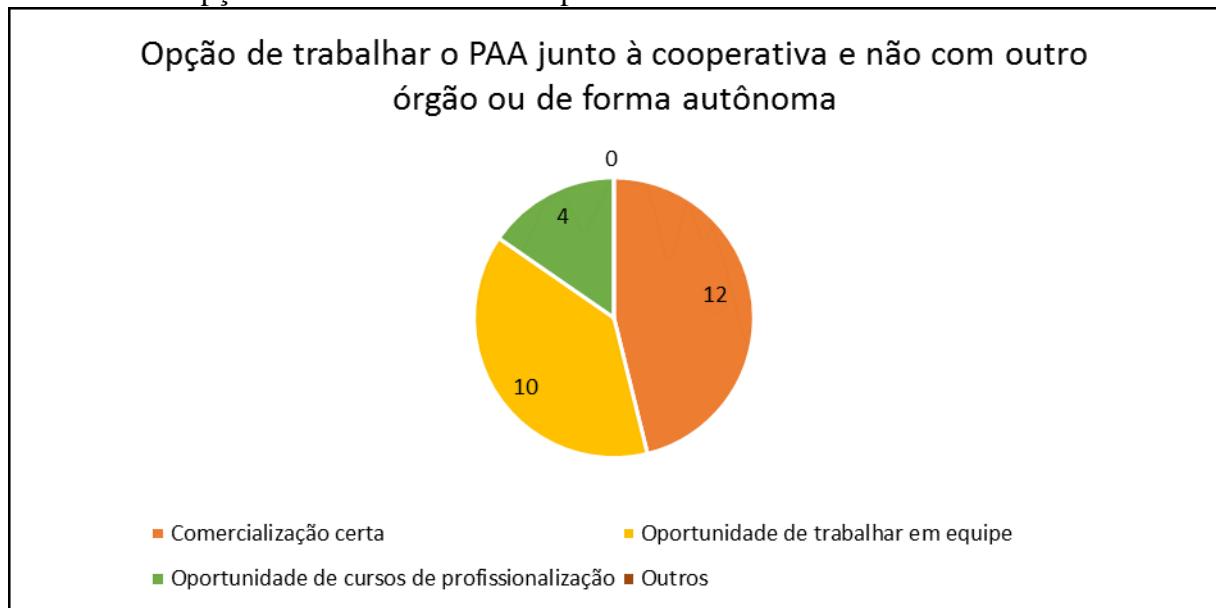
Figura 02 - Imagem de alguns participantes da I oficina de doces.



Fonte: Imagem cedida pela presidente.

Interrogou-se sobre o que fez com que o grupo produtivo aderisse ao PAA, segue a fala de uma das entrevistadas: “Além de mostrar a capacidade de trabalho e ter renda, me sinto independente do marido.” O sentido das respostas foram o de representar o trabalho da comunidade fora dela, mostrar o potencial das pessoas que ali trabalham, gerando renda e independência financeira.

Gráfico 04 – Opção de trabalhar com a cooperativa.



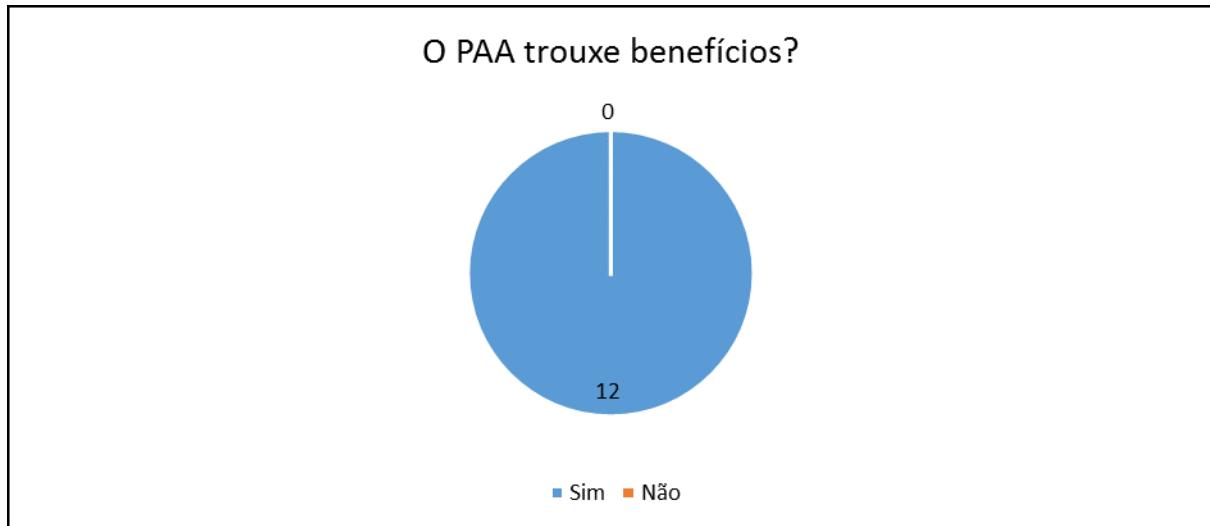
Fonte: elaboração própria (2018).

Conforme dados do Gráfico 04, as associadas da AMEL elencaram como motivos para desenvolverem o PAA junto à cooperativa e não com outro órgão ou de forma autônoma, se

explica pela segurança de ter comercialização certa, de que tratam Andrade Júnior (2009); Muller (2007). Em seguida pela oportunidade do trabalho em equipe, a canalização de um trabalho de várias pessoas, orientado para determinado resultado. E por fim, pela possibilidade de se desenvolver por cursos profissionalizantes. Para as associadas das AMEL é de grande relevância ter para onde destinar os produtos.

Foi perguntado se o PAA trouxe benefícios, o Gráfico 05 ilustra as respostas.

Gráfico 05 – O PAA trouxe benefícios?



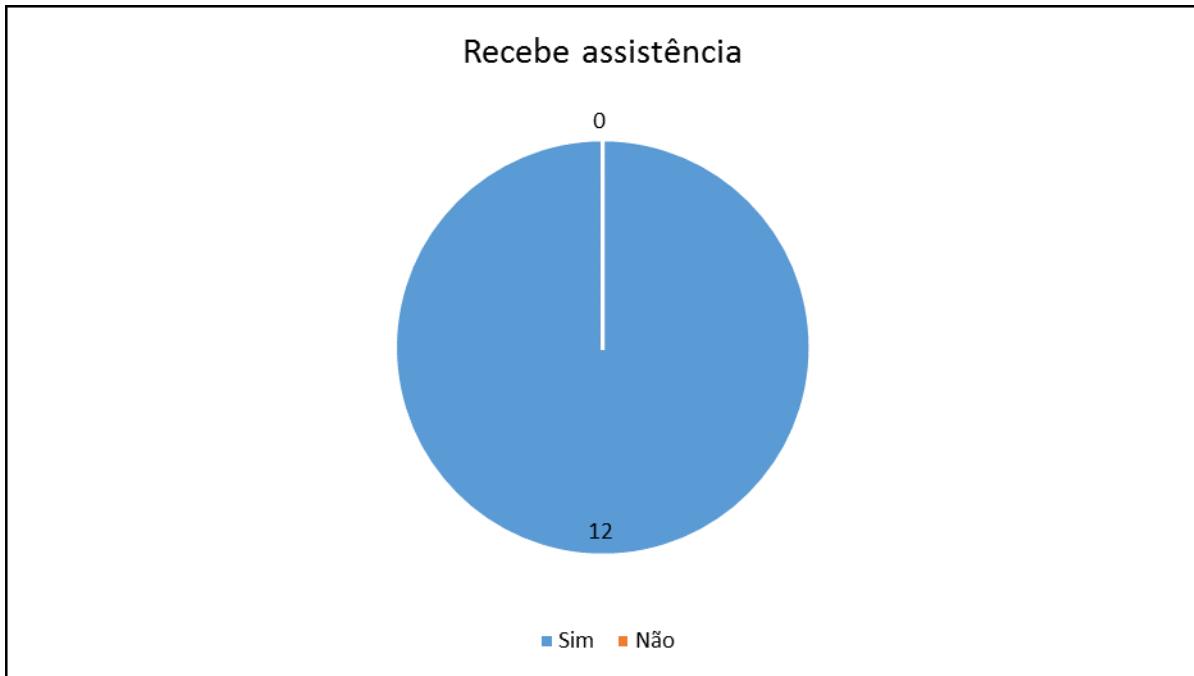
Fonte: elaboração própria (2018).

Todas as entrevistadas mencionaram que o PAA trouxe benefícios, quando perguntado quais benefícios, dentre as respostas segue algumas: “Agradeço primeiramente a Deus e segundo o PAA. Se não fosse o PAA não teria a minha casa.”; “Renda que ajuda no sustento.”; “Foi um investimento bom, pois consegui comprar minhas coisas.”; “Melhorou a renda.”. Diante dos depoimentos citados, pode-se inferir que o PAA nessa comunidade trouxe maior empoderamento, de que trata Deves; Rambo (2013).

Quando foi perguntado sobre as dificuldades de se manter a comercialização com o PAA, obteve-se uma resposta sobre o investimento em matéria-prima (manteiga, açúcar, leite), para receber quando fosse entregue a produção; para alguém que vive em situação de vulnerabilidade social investir é difícil, considerando que ela já encontra muitas dificuldades para prover o seu sustento e de sua família. Outra associada respondeu que o fato de o programa ter duração de 07 meses, e não puderem trabalhar o ano inteiro. As outras 10 associadas não encontraram dificuldades, acham que já é muito importante poder trabalhar e ter uma renda.

Posteriormente foi indagado se elas recebem algum tipo de assistência, segue o resultado no Gráfico 06:

Gráfico 06 – Recebe assistência.



Fonte: elaboração própria (2018).

Para as associadas que responderam que possuíam assistência, perguntamos de quais instituições citaram as seguintes: Cooperal, Emater, Sebrae e senar. Perguntou-se se essa assistência era considerada suficiente para as mesmas evoluírem, resultado ilustrado no Gráfico 07 a seguir.

Gráfico 07 – A assistência é suficiente?



Fonte: elaboração própria (2018).

Quando foi indagado o porquê de a assistência não ser suficiente, dentre as respostas: “Por período se a gente não for buscar, não chega benefício de curso/aperfeiçoamento.”; “Aprendi muitas coisas boas, curso de bolos, doces.” “Quanto mais curso melhor”; “Sempre precisa de mais”. No decorrer da entrevista as associadas foi transmitido o quanto é importante esse programa para elas.

Quadro 03 – Valores de comercialização no PAA.

ANO	VALOR
2014	R\$ 8.000,00
2015	R\$ 6.999,50
2016	R\$ 3.495,00
TOTAL	18.944,50

Fonte: elaboração própria (2018).

O Quadro 03 expressa os valores que as associadas da AMEL receberam ao longo desses 36 meses, R\$ 18. 944,50; o que representa R\$ 526,22 mensais, valor que fica muito abaixo do salário mínimo. Vale ressaltar que esses anos são os de planejamento, a execução se dá no ano seguinte, devido à redução dos investimentos do governo no programa a AMEL não foi inserida inicialmente no programa 2017 com execução em 2018, mas foi sinalizada uma possibilidade.

A modalidade em que essas mulheres participam é a doação simultânea (BRASIL, 2012), em que o GGPAA orienta as condições de fornecimento e os produtos são destinados à entidade da rede socioassistencial. Na prática a AMEL entrega os determinados kilos de bolo na entidade definida pelo GGPAA e essa entidade se encarrega de redistribuir entre as demais entidades (escolas, creches, associações).

Os valores definidos no Quadro 03 foram destinados a cada associada que o projeto foi aprovado no respectivo ano, sendo que ocorre de alguma associada não se encaixar no projeto por a DAP estar desatualizada e em razão dessa modalidade de participação cada mulher faz o planejamento da sua plantação para a época de entrega da sua produção.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirma-se a importância do PAA para promover a geração de emprego e renda e combater situações de insegurança alimentar. Verificou-se por meio da pesquisa que as associadas da AMEL possuem muita satisfação por desenvolver o PAA e obterem sua renda e que levantaram apenas duas dificuldades quanto a comercialização: o investimento em

insumos para a fabricação dos produtos e o fato de o programa ter duração de apenas 07 meses.

Conforme citado os valores adquiridos com a participação das mulheres no PAA por si só não bastam para a sobrevivência das mesmas e de suas famílias, visto que realizando-se uma média encontrou-se o valor de R\$ 526,22 por mês, considerando-se insuficiente para a manutenção de vida digna para as famílias.

Atualmente a única fonte de escoamento dos produtos da AMEL é o PAA, além disso a associação possui algumas dificuldades que a impedem de expandir sua área de comercialização, tais como: ausência de logo, código de barras, embalagem, planejamento.

Diante dos fatos apresentados anteriormente, infere-se que uma alternativa para melhorar a qualidade de vida das associadas seria o investimento para estruturar a comercialização para o mercado de Arapiraca e região circunvizinha.

Para tanto a associação necessaria de buscar parcerias com entidades que pudessem auxiliar a AMEL no planejamento estratégico desse projeto, planejando como seria realizada a produção, como a mesma seria promovida, como se estruturaria o setor comercial, orçando quanto de capital seria necessário, para então buscar financiamento e executar o projeto, para que essas mulheres pudessem trabalhar o ano inteiro, não apenas 07 meses.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** Disponível em <<http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>> Acesso em: 10 de abril de 2017.

ALVES, Venícios Oliveira; FERREIRA, Palloma Rosa; SILVA, Telma Coelha da; VIEIRA, Naldeir dos Santos. **O associativismo na agricultura familiar dos estados da Bahia e Minas Gerais: Potencialidades e desafios frente ao programa de aquisição de alimentos.** Disponível em <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/47/48#.WR5AspLyvIU>> Acesso em 10 de abril de 2017.

ANDRADE JÚNIOR, Remy Corrêa de. **O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ELEMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA): O CASO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA REGIONAL DE PEQUENOS PRODUTORES DA MAFRA (COOARPA).** Porto Alegre: PGDR, 2009. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18873>> Acesso em 05 de junho de 2017.

ARAÚJO, Raquel Maria Amaral; BATISTA, Lucimar Moreira Guimarães *et. al.* **Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e sua compreensão sobre conceitos relacionados à**

alimentação, nutrição e saúde. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n2/1984-0470-sausoc-25-02-00494.pdf> Acesso em 21 de novembro de 2017.

BIANCHINI, Valter. **O universo da Agricultura Familiar e sua Contribuição ao Desenvolvimento Rural.** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/o/1635657>>. Acesso em: 24 de Agosto de 2017.

BRASIL. Decreto – lei nº 7.775, de 04 de julho de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 04 de julho, 2013.

BRASIL. Lei nº 11.326, 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 24 de julho, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.696, 02 de julho de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 02 de julho, 2003.

BRASIL. Lei nº 12.512, 14 de outubro de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 14 de outubro de 2011.

DEVES, Otávio Diel; RAMBO, Anelise Graciele. **Mercados institucionais e a comercialização de alimentos na agricultura familiar: o programa de aquisição de alimentos no município de São Pedro do Butuá – RS – Brasil.** Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1622/2505>>. Acesso em 21 de novembro de 2017.

FORNAZIER, Armando. **O avanço das políticas públicas para a agricultura familiar.** Disponível em:<<http://brasildebate.com.br/o-avanco-das-politicas-publicas-para-a-agricultura-familiar/>> Acesso em:02 de junho de 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa-** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio *et.al.* **POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL.** Porto Alegre: Editora da UFRG, 2015.

JUNQUEIRA, Cláisse Pereira; LIMA, Jandir Ferreira de. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.** Disponível em<<https://www.google.com.br/search?q=Pol%C3%ADticas+p%C3%ABlicas+para+a+agricultura+familiar+no+Brasil&oq=Pol%C3%ADticas+p%C3%ABlicas+para+a+agricultura+familiar+no+Brasil&aqs=chrome..69i57j0.576j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>> Acesso em: 10 de abril de 2017

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI. **Fundamentos de Metodologia científica.** – 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTEI, L. Impactos do Pronaf Análise de indicadores.

Disponível em

<http://www.iicabr.iica.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/Impactos_do_PRONAF_-_an%C3%A1lise_de_indicadores.pdf> Acesso em: 07 de julho de 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Brasília, DF). **Políticas Públicas para a agricultura familiar**. Brasília, 2013, Gráfica ideal.

MULLER, Ana Luiza. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: O caso do programa de aquisição de alimentos. Disponível em

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11006/000602049.pdf?sequence=1>> Acesso em 10 de abril de 2017.

SAVOLDI Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no Sudeste do Paraná na década de 1970. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/17780>> Acesso em:02 de julho de 2017.

SILVA, Márcio Gomes da; SILVA, Sandro Pereira. Para além do acesso: **Uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária em meio rural.** Disponível em

<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt49_econ04_paraalem.pdf> Acesso em 21 de novembro de 2017.

SOCIOLOGIAS. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GOUVEIA, Rosimar. Clima tropical. Disponível em<

<https://www.todamateria.com.br/clima-tropical/>> Acesso em 12 de março de 2018.

THIES, Vanderlei Frank. AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS: O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)NA COOPERSOL E NA COOPOVEC – RS. Porto Alegre: UFRS, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração- 9. ed.
São Paulo: Atlas, 2007.